

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E SEU CARÁTER GOVERNAMENTAL NO BRASIL: DA REDEMOCRATIZAÇÃO AO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Gabriele da Silva Antunes¹

Francisca Genifer Andrade de Sousa²

RESUMO

O presente texto analisa e discute as Políticas Públicas Educacionais (PPEs) implementadas na educação brasileira tomando como ponto de partida o período de redemocratização com o Governo Sarney, eleito no ano de 1985, ao Governo do presidente eleito na década de 90, Fernando Henrique Cardoso. Fazendo uma breve análise, o texto busca expor o contexto histórico e as principais PPEs vigentes durante cada mandato presidencial no Brasil. Mediante a revisão bibliográfica de obras que tratam da temática, o objetivo é elucidar o leitor sobre o assunto proposto e levantar questões acerca da qualidade da educação garantida para a sociedade brasileira tendo em vista a dicotomia de suas classes sociais. Mediante as informações levantadas, o que se pôde concluir é que a educação não é considerada um projeto contínuo entre as decisões tomadas por cada presidente eleito e o afastamento das PPEs aplicadas durante cada Governo. Com o avanço Neoliberal na década de 90 e modelos de financiamento estrangeiro no país – como por exemplo projetos educacionais financiados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) – a educação passou a ser tratada cada vez mais como insumo a ser quantitativo e não qualitativo, característica que só tem se fortalecido com o passar dos anos e mudanças de Governo.

Palavras-chave: Política Educacional. Reformas. FHC.

INTRODUÇÃO

Na obra ‘República’, escrita por seu discípulo Sócrates, Platão expressa o conceito de política como um saber teórico que possibilita a concepção e a construção de uma sociedade ideal, onde cada cidadão cumpriria com seus deveres e o Governo ficaria a cargo dos mais sábios, assim como a aplicação das leis para que a justiça fosse alcançada. Segundo a primeira definição no dicionário Michaelis (2001), política é a arte ou ciência de governar e a política social é o conjunto de princípios e de medidas postos em prática por instituições governamentais e outras, para a solução de problemas sociais. No que diz respeito às políticas sociais, elas podem se

¹Graduanda em pedagogia na Universidade Estadual do Ceará(UECE) - gaabsantunes@hotmail.com

²Mestranda no programa de pós-graduação em educação(PPGE-UECE) - geniferandrade@yahoo.com

dividir em diversas áreas – moradia, saúde, emprego, segurança entre outras. O presente artigo discorrerá sobre as políticas sociais aplicadas na educação brasileira com ênfase no Governo FHC na década de 90.

Portanto, falar de Política Pública Educacional (PPE) é falar de representação, uma vez que quem desenvolve, regulamenta e aplica as PPEs são os políticos eleitos pela população brasileira. O Estado brasileiro é organizado pelos três poderes do Estado Moderno: legislativo, judiciário e executivo. Eles são autônomos, porém interligados entre si. As políticas públicas são elaboradas no Poder Legislativo pelos parlamentares eleitos (vereadores e deputados) enquanto o Poder Executivo tem o papel de sancioná-las. É a sociedade brasileira que em eleições de caráter democrático vota em seus representantes políticos baseado em suas propostas políticas e sociais e tem o direito e o dever de acompanhar e participar do processo de tomada de decisões de tais políticos que impactarão de forma direta em seu cotidiano. É dever do Estado e de todos os poderes públicos assegurar a participação popular durante sua gestão de acordo com a Lei Complementar nº 131 (Lei da Transparência), de 27 de maio de 2009, que diz:

- I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;
- II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; (BRASIL, 2009)

No que diz respeito às leis sancionadas para a área da educação, o que se pode observar é que a educação brasileira é usada, inúmeras vezes, em jogos de poder e interesse do Governo vigente. Não há preocupação na continuidade de projetos e a palavra “reforma” é bastante utilizada quando se fala nas mudanças educacionais que serão oferecidas à população. A educação sofre impactos que visam manter a ordem de poder elitista vigente e não há interesse em regulamentar de fato um sistema de ensino no Brasil que seja igualitário, qualitativo e de fácil acesso. É necessário que a educação seja vista de fato como responsabilidade do Estado independente do(a) presidente da república, com leis e mecanismos aplicáveis que busquem melhorar de fato a educação oferecida e que não seja pautada em interesses das classes detentoras de maior renda ou partidos políticos. Para que isso ocorra, o planejamento educacional deve ser

feito com a participação da sociedade e com vistas a atender às necessidades da população mais desfavorável do país – classe trabalhadora, mulheres, pessoas com deficiência, negros, LGBT+. A educação é um direito da sociedade e deve ser assegurada pelo Estado visando à oferta de uma escola pública, laica e de qualidade.

Para a elaboração de um projeto de políticas educacionais continuada é necessário, em concordância com Gadotti (1984), ter clareza de que tipo de cidadão se deseja formar através do ensino, pois a cada modelo de Estado também corresponde a uma proposta de educação, uma vez que todo projeto educativo, todo discurso educativo veicula uma imagem de homem, uma visão de homem que se pretende construir. Considerando que em cada nova gestão presidencial no Brasil houve mudanças no modo com que as políticas públicas educacionais foram tratadas no cerne da política social, o artigo objetiva analisar as PPEs aplicadas do Governo Sarney ao Governo Fernando Henrique Cardoso, portanto, no íterim de 18 anos.

PERCURSO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

Fazendo uma retrospectiva após a Ditadura Militar (1964-1985), que se instaurou no país, o Brasil viveu o um período de redemocratização com a eleição ainda indireta de José Sarney. Alguns marcos dessa gestão merecem destaque, como: o reestabelecimento de eleições diretas, direito ao voto, extinção da censura de imprensa e manifestações populares e a volta do pluripartidarismo. Porém, o planejamento da gestão de políticas educacionais não parece ser um aspecto claro durante esse Governo, mesmo com a concepção do chamado Dia Nacional de Debate sobre a Educação ou o Dia D da Educação (BRASIL, 1985) e o lançamento do documento ‘Educação para Todos: caminhos para a mudança’ (BRASIL, 1985) que buscava atender à demanda principal de universalização da educação básica. Em 1988, antes mesmo de a Constituição ser promulgada, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9493/96 entra em debate com a tramitação subsequente de seu primeiro projeto na Câmara de Deputados. Esse processo, que se iniciou em 1988 pelo deputado Octávio Elísio só vai ser concluído no ano de 1996 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Após Sarney, Collor foi eleito em 1990 por meio de eleições diretas. Essa gestão ficou marcada pelo confisco monetário, congelamento de salários, demissões em massa de funcionários públicos e fechamento de diversos órgãos do Estado. Apesar de tais medidas, a inflação não recua e notícias sobre desvio de dinheiro vêm à tona. A educação não era prioridade de Fernando Collor, porém, algumas

medidas foram tomadas, dentre elas se destacam o Programa de Alfabetização e Cidadania (PNAC), que visava universalizar o ensino fundamental e erradicar o analfabetismo. No panorama geral de um Governo cheio de polêmicas em torno de corrupção, o impeachment de Collor é eminente e após pressão popular o presidente eleito renunciava.

Seu vice, Itamar Franco, assume a presidência do país com uma tentativa de realçar a importância da política educacional com debates acerca da elaboração do Plano decenal de educação para todos e na Conferência Nacional de Educação para Todos. Tais acontecimentos buscavam nivelar o Brasil com as demandas na educação de outros países. Itamar lança em 1993 as 'Diretrizes de Ação Governamental' seguido das 'Linhas Programáticas da Educação Brasileira'. Tais eventos não visam planejamento direto, mas sim ouvir a sociedade brasileira e construir um estilo de gestão que fosse capaz de atender às demandas necessárias para a melhoria da educação no Brasil. É com o documento setorial para a educação chamado 'Linhas Programáticas da Educação Brasileira 1993/94' (BRASIL, 1993), que o Governo Itamar Franco define e explana suas ações e diretrizes vindouras. Além do planejamento formal, é lançado o texto 'Educação no Brasil: Situação e perspectivas' (BRASIL, 1993) e, segundo Vieira e Farias (2011, p. 197),

Embora este documento não se constitua em uma expressão formal de planejamento setorial, expressa com clareza as diretrizes do momento: o Programa de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (PRONAICA) e a Descentralização. O lema é "Educação para Cidadania" e a meta: "Boa Escola para Todos". Como "políticas básicas", o Ministério propõe sete grandes linhas de ação: Universalizar com qualidade; Desenvolvimento da Educação Tecnológica; Extensão da escolaridade no segundo grau; Qualidade para a graduação; Consolidação da pós-graduação; e Prevenção contra riscos da modernidade.

O que se vê com tais medidas é a importância atribuída às Políticas Públicas Educacionais (PPEs) e contribuições úteis para o futuro. Porém, quando Fernando Henrique Cardoso assume a presidência do país, o que se pode notar é um distanciamento das direções da gestão anterior. Essa é, infelizmente, uma prática costumeira nas transições presidenciais no Brasil: quando um Governo assume a presidência ele busca ao máximo se desfazer de projetos e se afastar das decisões da gestão anterior deixando bem claro que a educação é perpetuamente tratada como um jogo político partidário e não como um direito básico e essencial para o pleno desenvolvimento do país e de sua sociedade.

Fazendo uma revisão histórica do início dos anos 90, segundo Shiroma, Moraes e Evangelista (2000, p. 47),

Expressando o espírito da época, as bandeiras de luta e propostas dos educadores cobriam um amplo espectro de reivindicações a começar pela exigência de constituição de um sistema nacional de educação orgânico – proposta recorrente desde a década de 1930. Também se firmou a concepção de educação pública e gratuita como direito público subjetivo e dever do Estado concedê-la. Defendia-se a erradicação do analfabetismo e universalização da escola pública visando a formação de um aluno crítico.

O primeiro documento relacionado a esse Governo foi lançado durante sua campanha eleitoral com o nome de ‘Mãos à obra’ (1994), colocava a educação como uma das prioridades do Governo. Em 12 de setembro de 1996 é aprovada no Congresso a Emenda Constitucional nº 14, que alterou artigos relacionados à educação na Constituição e, como pontuam Vieira e Farias (2011, p. 199)

As alterações visam: permitir a intervenção da União nos Estados, caso estes não apliquem o valor mínimo exigido pela lei (Art. 34); rever o dever do Estado na oferta de ensino fundamental para os que a ele não tiveram acesso em idade própria e de ensino médio (Art. 208); definir as responsabilidades das diferentes esferas do Poder Público em relação à oferta de ensino (Art. 211); detalhar os recursos aplicados pela União na erradicação do analfabetismo e na manutenção do ensino fundamental (Art. 212); e, prever a criação de fundo de natureza contábil para a manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e valorização de seu magistério (ADCT, Art.60).

Também em 1996, no dia 20 de dezembro, é aprovada a Lei de nº 9.394/96 - cuja tramitação tem início em 1998 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A LDB trata-se de um texto criado em 1961, alterado no ano de 1971 e editada mais uma vez no ano de 1996 onde se tem acesso à sua versão definitiva baseada no direito de educação universal para todos. Esse documento irá dispor, dos Artigos 1º ao 7º, sobre os princípios da educação, os direitos da sociedade e os deveres dela, das instituições e do Estado; enquanto os Artigos 8º ao 20º delimitam a organização da educação brasileira e atribuem as responsabilidades cabíveis a cada esfera do Poder Público; os níveis Educação básica que agrega Educação Infantil e ensinos Fundamental e Médio – e as modalidades de ensino – Educação superior, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional, estão dispostos dos Artigos 21º ao 60º; a formação docente e sua atuação está organizada nos Artigos 61º ao 67º no que diz respeito aos Profissionais da Educação; dos Artigos 68º ao 77º estão organizados os Recursos Financeiros

seguidos dos Artigos 78° ao 86° que explanam as Disposições Gerais e as Disposições Transitórias nos Artigos 87° ao 92°.

A prioridade desse Governo foi assegurar, além do acesso, a permanência na escola com a criação de programas, sendo o de maior repercussão e impacto social o Bolsa-Escola, que correspondia a um valor mensal concedido às famílias mediante acompanhamento da frequência das crianças matriculadas no ensino fundamental. Atualmente o programa ainda existe e está vinculado ao Bolsa-família, cujo regimento ainda se dá pelo controle da frequência escolar das crianças e adolescentes inseridos na família que recebem o benefício social. Para sancionar leis e aplicar projetos, no período em análise, o Estado fez parcerias com municípios, estados, empresas e ONGs diversas. Agências internacionais, como o Banco Mundial e a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) , cooperaram para a implantação de projetos como o Programa Renda Mínima, que foi um programa vinculado ao Bolsa-Escola e se tratou de uma iniciativa voltada para a assistência de famílias em situação de pobreza, o TV Escola, que visou alargar o acesso à Educação Básica por meio da rede televisiva, em especial naquelas cidades onde a escassez de professores era um problema, o Programa Nacional de Informática na Educação, voltado para a inclusão tecnológica das escolas brasileiras no mundo globalizado entre outros. Os financiamentos realizados em países da América Latina visavam, segundo seus órgãos financeiros, o desenvolvimento destes na área da educação. A Unesco, por exemplo, como ONG ofertava suporte técnico para a implementação dos programas e os bancos como o Banco Mundial emprestavam o valor necessário para a concretização dos projetos.

Porém, se torna necessário pontuar que esse período é também palco do aumento da desigualdade e da pobreza e do enriquecimento cada vez maior da iniciativa privada, uma vez que foram reforçadas as parcerias de financiamento com o Governo de cada país latino que adere à tais programas. Para contextualizar tal fenômeno Vieira (2012, p.38) pontua que

O papel das agências financiadoras internacionais tem duas tendências contraditórias: valorização do magistério por meio dos mais variados documentos, e de outro a persistência em políticas que nem sempre consideram a centralidade do papel do professor na tarefa educativa. Ex: Proformação, voltado para a formação de gestores. Agências, ao exercer o protagonismo na formação financiando projetos de educação em todo o país, exercem influência sobre o papel do educador a ser formado. Assim, as prioridades das iniciativas desenvolvidas podem não estar em sintonia com as necessidades locais. Além de serem projetos de curta duração que não garantem efeitos sobre o rendimento escolar.

Outra prioridade desse momento foi a avaliação da educação brasileira, o que se concretizou com a implementação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Exame Nacional de Cursos aplicado no Ensino Superior, bem como do Enade. Tomando como ponto de partida a reflexão trazida por Werle (2014, p. 163) serão apresentadas brevemente as três avaliações supracitadas.

[...] A União é reafirmada como a instância coordenadora da política educacional. Dentre suas incumbências está a de assegurar o processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino, bem como assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, a avaliação de cursos das IES, para o que deverá ter acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais. Portanto, no que se refere à avaliação a União tem um papel determinante no contexto da organização federativa nacional.

No ano de 1990 é aplicado o Saep (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Público de 1º Grau) sob responsabilidade dos estados e municípios. Em 1992, assumido pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), o Saeb é utilizado como forma de avaliar a qualidade de ensino das escolas públicas brasileiras e reformulado em 1995 para atender às demandas exigidas pelo Banco Mundial (BM) em razão de seus empréstimos aplicados na educação brasileira. As médias obtidas pelo Saeb juntamente com os dados coletados no Censo Escolar compõem o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). A avaliação passou por diversas mudanças: no ano de 2005 o exame passou a ser composto por dois modelos de avaliação - a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a popular Prova Brasil (Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – Anresc); aferição dos índices de alfabetização e letramento (2013) e a participação facultativa de escolas da rede privada na avaliação (2017). Ao passo que os cortes aumentam e a qualidade da educação no ensino público cai, o atual Governo de Jair Bolsonaro discursa, inclusive, sobre avaliar até a educação infantil por meio do Saeb.

Como isso poderá acontecer ainda não se sabe uma vez que desde sua primeira aplicação o Saeb foca nas disciplinas de língua portuguesa e matemática para calcular seus resultados e faz o ranking baseado no resultado obtido por cada escola. O objetivo de tal ranking seria principalmente de auxiliar as escolas na construção de seu Plano Político Pedagógico (PPP) porém, uma vez que se está no ‘chão da escola’, a realidade é diferente: as classificações fazem com que as escolas se preocupem cada vez mais com os resultados de tal avaliação, reproduzindo

um ensino mecanizado e focado nas disciplinas cobradas nas provas para medir os índices educacionais a níveis estaduais, nacionais e internacionais.

O Enem foi criado em 1998 para avaliar os estudantes ao término da última etapa da educação básica. Após o ensino médio, durante mais de uma década, milhares de estudantes brasileiros realizaram o exame sem o objetivo de utilizar o resultado obtido para ingressar no ensino superior, uma vez que as faculdades e universidades eram adeptas de vestibulares próprios. Foi a partir do ano de 2009, durante o Governo Lula, que o Enem passou a ser utilizado como critério para concorrer a uma vaga nas universidades federais ao redor do país. Tal ação visava benefícios, entre eles a facilidade de estudantes de estados distintos concorrerem a vagas em universidades que realizavam seu vestibular em seu estado de origem. Ao lado do Enem, O Sisu (Sistema de Seleção Unificada) foi ampliado para receber e filtrar as notas dos candidatos por curso e universidade pretendida. Apesar de seu objetivo em relação à oportunidade de mobilidade estudantil, a realidade é outra. Segundo Silveira, et. al (2015, p. 02)

[...] Dados de 2012 demonstram que a mobilidade entre os estados é de somente 13,2%, consistindo, principalmente, de estudantes oriundos dos estados mais ricos (o PIB foi usado como principal indicador de riqueza). Os estados mais ricos da federação têm dominado significativamente a “exportação de alunos”, contribuindo majoritariamente para a mobilidade por intermédio da conquista de muitas vagas fora deles. Considerando-se a mobilidade apenas para os seis estados mais ricos do país (SP, RJ, MG, RS, PR e BA, em ordem decrescente de PIB), vê-se claramente que os estados mais ricos dominam amplamente esse tipo de movimento estudantil. Assim, contrariamente ao que o governo afirma, os estados mais pobres não conseguem exportar seus alunos para os seis estados mais ricos do Brasil, sendo suas vagas ocupadas pelos estudantes oriundos desses mesmos estados mais ricos. Segundo os dados, os estudantes paulistas dominam amplamente esse tipo de mobilidade [...].

Com o passar dos anos, o Enem fica cada vez mais competitivo pois não há vagas nas universidades públicas para todos e a educação básica pública fica cada vez mais defasada com seus crescentes cortes e sucateamento. Atualmente, a maioria das Universidades federais e algumas Universidades estaduais (à exemplo da Universidade Estadual do Ceará) selecionam seus discentes por meio do Sisu que conta, inclusive, com cotas de ações afirmativas como uma tentativa de diminuir a dicotomia social e racial nas universidades públicas e inserir a classe trabalhadora nas instituições de ensino superior que são suas por direito.

Os discentes do ensino superior também passam por uma avaliação cujos resultados são utilizados para aferir a qualidade de ensino desse nível. De acordo com Gontijo (2016, p.02)

O Enade é um instrumento formal aplicado aos estudantes de cursos de graduação e que se caracteriza como um instrumento de caráter instrucional que tem como finalidade avaliar os conhecimentos e habilidades por meio de exames. Caso o estudante não compareça no dia de aplicação da prova fica impedido de receber seu diploma.

O Enade constitui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e substituiu o Provão, criado em 1996. O Enade possui como principal objetivo aferir o aprendizado dos Institutos de Educação Superior (IES) em relação aos conteúdos abordados no currículo de seus respectivos cursos.

No decorrer do tempo e, conseqüentemente, mudança de presidentes, fica cada vez mais claro que a educação brasileira está à mercê de projetos de Governo. As avaliações seguem cada vez mais competitivas e os cortes na educação pública ficam cada vez maiores impossibilitando, assim, a real melhoria da qualidade de ensino oferecida pelo Estado. Após breve contextualização, o que se pode afirmar é que o modelo de avaliações aplicado no Brasil não é compatível com as diferenças sociais existentes e busca, cada vez mais, por resultados mecanizados em um mundo cuja educação oferecida para a classe menos abastada tem o objetivo de formar cidadãos com pouco ou nenhum censo crítico que venderão sua força de trabalho em qualquer subemprego. Podemos, ainda, destacar Werle (2014, p.176)

Pode-se levantar a hipótese de que as políticas de avaliação não estejam presentes no cenário educacional brasileiro simplesmente para produzir comparações e emulação, mas para responder a estratégias gerencialistas de modernização e racionalização voltadas para resultados. [...] A padronização de áreas, indicadores e critérios presente nos instrumentos de coleta de dados retira a escola de um patamar de auto-identidade formulada a partir de seu próprio olhar para lançá-la como organização caracterizada por uma linguagem padrão universalizante e unificadora.

No que concerne ao ensino superior, foi durante a década de 90 que a pressão por ingresso nas universidades se intensificou, alavancada também, pelas exigências dos órgãos internacionais que investiram recursos na educação brasileira. O tripé da reforma universitária seria a melhoria de avaliação, do ensino e a autonomia das instituições.

É fato que o Governo FHC foi palco de grandes mudanças nas políticas educacionais principalmente influenciadas pela presença de investimento estrangeiro no país; investimento esse que está visivelmente condicionado a uma educação que siga a lógica de números, índices e competitividade no mundo globalizado e majoritariamente capitalista, onde existe cada vez mais diferença de classes e aumento da pobreza. Passamos, mais uma vez, por um período onde a

sociedade é responsabilizada por direitos que deveriam ser assegurados principalmente por um Estado que, teoricamente, deve ter o compromisso de garantir equidade e direitos sociais básicos a todos independente de sua raça, gênero, orientação sexual, religião ou poder econômico.

Em relação à educação, pode-se fazer um breve balanço da gestão de Fernando Henrique Cardoso. Foi durante seu Governo a sanção da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no 9.394/1996), a elaboração do PNE (Plano Nacional de Educação) (Lei no 10.172/ 2001), a participação do Brasil, na década de 90, na ‘‘Conferência de Educação para todos’’ sediada em Jontien e que abriu de vez o caminho para o financiamento estrangeiro de órgãos como BM e Unesco na educação brasileira, a elaboração do plano decenal de ‘‘Educação para Todos’’ que possuía entre suas metas o investimento crescente do PIB (Produto Interno Bruto) no financiamento educacional além dos novos modelos de avaliação do ensino público brasileiro. Sobre o PNE, cabe ressaltar que sem o investimento devido o Brasil não alcançará as metas propostas até 2022 - ano que finaliza a vigência do atual Plano Nacional de Educação - portanto, uma das exigências da classe educadora é de que seja investido de imediato os 10% do PIB na educação pública visando, principalmente, a valorização docente e aumento do CAQ (Custo Aluno Qualidade) tendo em vista sempre que educação não é gasto mas investimento e direito inalienável de toda a sociedade brasileira.

Como em todo o Governo influenciado pelo neoliberalismo, nem tudo é positivo, principalmente para a classe trabalhadora. Dentre sanções que marcaram de forma negativa o acesso dos brasileiros à educação pode-se citar a Emenda Constitucional no 14, de 12 de setembro de 1996. Se de um lado colocava em vigor o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), a mesma retirava a obrigatoriedade do ingresso no ensino fundamental às pessoas que não o cursaram na idade adequada; uma vez que se retira por Lei essa obrigatoriedade, se retira a responsabilidade do Estado para com esses indivíduos que não tiveram acesso à uma educação básica de qualidade. Sobre o Fundef, Pinto (2002, p. 114) salienta que

Podemos dizer que o Fundef, em suma, foi uma resposta do Governo FHC ao não cumprido Acordo Nacional de Valorização do Magistério da Educação Básica. Só que, em lugar de um Piso Nacional de Salário de R\$ 300, em valores de julho de 1994, entra um provável Salário Médio de R\$ 300, em valores de dezembro de 1996. É escusado dizer que salário médio é completamente diferente de piso salarial. Outro ponto já bastante salientado pelos estudos que tratam da matéria (ver, entre outros, Arelaro, 1999,

Pinto, 1999, e Rodrigues, 2001) é o não-cumprimento por parte do Governo FHC da fórmula de cálculo do valor mínimo a ser gasto por aluno, constante na Lei no 9.424/96. Com isso, calcula-se, o ensino fundamental deixou de receber cerca de 10 bilhões de reais de recursos federais desde 1998.

Essa gestão deu grande ênfase a avaliações seguindo a lógica do ensino mecanizado e pouco preocupado com o aprendizado do educando. Costume que, infelizmente, se repete com o aumento de medidas de caráter neoliberal como corte de investimento em políticas sociais e sucateamento da educação desde o nível básico ao superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo elucidar o(a) leitor(a) a respeito do aspecto governamental das políticas públicas, com ênfase no Governo de Fernando Henrique Cardoso. A transição da década de 80 para a década de 90 foi um momento decisivo em todo o mundo, principalmente nos países da América Latina, graças à ascensão do modelo neoliberalista em potências mundiais como Estados Unidos e Inglaterra. Pôde-se concluir que a educação oferecida pelo Estado visa formar trabalhadores mecanizados e desenvolve pouco sua visão crítica a respeito da sociedade e do seu meio. A educação foi e continua sendo vista como uma ferramenta de disputa de poder e manutenção da soberania das classes detentoras dos meios de produção e da classe política. Se faz necessária uma reestruturação da educação com dinheiro público investido exclusivamente na educação pública e na elaboração de políticas educacionais que busquem a criação de um sistema de ensino laico, público, contínuo e de qualidade.

REFERÊNCIAS

Dicionário Michaelis da Língua Portuguesa. Melhoramentos; (2009)

BRASIL.

_____ **Lei Complementar nº 131 (Lei da Transparência)**, de 27 de maio de 2009. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm >.

Acesso em: 10. Mai. 2019.

_____ **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei Nº 9.394)**,

de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm >. Acesso em: 10. Mai. 2019.

_____ **Declaração Mundial sobre Educação para Todos** (Conferência de Jomtien – 1990)

_____ **Mãos à Obra** (Plano de Governo de Fernando Henrique Cardoso) – 1990)

VIEIRA, S. L. ; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. **Política educacional no Brasil: introdução histórica**. 3ª. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2011. v. 1. 216p.

VIEIRA, S. L. **Políticas de formação em cenários de reforma**. In: Ilma Passos

Alencastro Veiga; Ana Lúcia Amaral. (Org.). **Formação de professores: políticas e debates**. 5ªed. Campinas: Papyrus, 2012, v. 1, p. 13-44.

SHIROMA, E. O.; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Tudo o que você precisa saber sobre Política Educacional**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. v. 1. 128p.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Panorama das políticas na educação brasileira: uma análise das avaliações externas de sistemas de ensino**. Revista Lusófona de Educação , v. 27, p. 159-179, 2014.

SILVEIRA, FERNANDO LANG DA ; BARBOSA, MARCIA CRISTINA BERNARDES; SILVA, ROBERTO DA. **Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): Uma análise crítica**. Revista Brasileira de Ensino de Física (Online), v. 37, p. 1101, 2015.